



RAMON CALDAS BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA



fls. 1

AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DA COMARCA DE BARREIRA/CE.

URGENTE.
NECESSÁRIO PROVIMENTO LIMINAR ANTES
DA MANIFESTAÇÃO DAS AUTORIDADES
IMPETRADAS.

RAMON CALDAS BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.572.470/0001-53, com endereço na Avenida Tancredo Neves, nº 2227, Ed. Salvador Prime Work, Sala 513, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41820-021, e-mail: ramon@ramoncaldas.com.br, **neste ato Representada por Seu único Sócio Ramon Caldas Barbosa**, Advogado Regularmente inscrito nos quadros da OAB/BA sob o nº 36.203, impetra o presente e necessário

MANDADO DE SEGURANÇA

COM PEDIDO LIMINAR

Contra atos abusivos e ilegais do **PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARREIRA/CE**, do **ORDENADOR DE DESPESAS/ GESTOR DO MUNICÍPIO DE BARREIRA/CE**, todos com endereço Rua Lúcio Torres, nº 622, Centro, CEP 62.795-000, Barreira/CE, e-mail: barreiracpl@gmail.com, com base nas razões de fato e de direito a seguir expostas.

Página 1 de 9

Avenida Tancredo Neves, nº 2227, Ed. Salvador Prime Work, Sala 513, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP. 41.820-021
Tel. (71) 3022-3117 / 99957-1100. E-mail: ramon@ramoncaldas.com.br Site: www.ramoncaldas.com.br



RAMON CALDAS BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA



fls. 3

Todavia, as Autoridades Impetradas mantiveram o Ato Coator, e o fundamentaram da seguinte forma:



Prefeitura Municipal de
BARREIRA
+ Pra cuidar de você +



DOS FATOS, FUNDAMENTOS E ANÁLISE

Diante dos Recursos apresentados, a empresa licitante SILVEIRA & MOREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS (CNPJ nº. 19.498.466/0001-97), após notificada, apresentou dentro do prazo legal suas Contrarrazões aos Recursos.

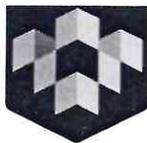
Passo a análise dos recursos.

Quanto a inabilitação da empresa RAMON CALDAS BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, que se deu pelo descumprimento do subitem 5.1.5.3.1 do edital (*"Pelo menos um Advogado deverá ter especialização no ramo do Direito Público que será comprovada através da apresentação de certificado ou documento equivalente, devidamente reconhecido por Instituição de Ensino Superior"*) a Recorrente reforça que apresentou seu Certificado do Curso de Especialização em Direito do Estado e que este curso, acrescenta, é do ramo do Direito Público.

Sem mergulhar a fundo na seara do direito, entendo que o edital é claro e objetivo quando exige a especialização em área exclusiva sem deixar margem para entendimento subjetivo que deixe a critério da CPL assemelhar disciplinas de cursos de direito para habilitar, no caso, inabilitados bem como inabilitar os já habilitados, o que não é o caso.

Entendo, pois, não ser de minha competência a análise de forma comparativa de disciplinas aplicadas aos cursos de especialização em direito, posto que o campo é vasto, para fomentar minha decisão, sendo que está se resume no fiel cumprimento ao edital.

Antecipo-me, então, para declarar a manutenção da inabilitação da empresa recorrente RAMON CALDAS BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.



RAMON CALDAS BARBOSA
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA



fls. 4

Nessa perspectiva, a desídia dos Impetrados julgamento administrativo foi tão grande que o Presidente da Comissão de Licitações fez constar na decisão que não era da sua competência a análise dos cursos de especialização dos Licitantes. Ou seja, por supostamente não saber que a Especialização em Direito do Estado é do ramo do Direito Público, o Presidente da Comissão de Licitações inabilitou ilegalmente o Impetrante.

Todas as publicações desta licitação podem ser conferidas no seguinte portal: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/detalhes/proc/178584/licit/133416>

Outrossim, chama a atenção que os impetrados sequer realizaram consulta ao Procurador do Município para sanar-lhes a suposta dúvida e não realizaram qualquer diligência, como autoriza o Art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta

Deste modo, as Autoridades Coatoras violaram o Artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93, pois violaram o Princípio da Legalidade na medida em que aduziram que a Especialização em Direito do Estado não é do Ramo do Direito Público. Além disso, os Impetrados restringiram e frustraram o caráter competitivo da Licitação:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, **a seleção da proposta mais vantajosa** para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Destacamos)

